



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução Nº 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas /MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO III - Nº 414 - 22/08/2016

MESA DIRETORA (2015/2016)

PARLAMENTAR	PARTIDO	CARGO
Pastor Fabrício	PRB	Presidente
Milton Martins	PSC	1º Vice-Presidente
Padré Décio	PP	2º Vice-Presidente
Cláudio Caramelo	PRB	1º Secretário
Gilberto Doceiro	PMDB	2º Secretário

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 – Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do "Diário do Legislativo".

ATO N.º 21.635/2016

CONSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

O Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVIII do art. 51 c/c §3º do art. 101 da Resolução nº 810, de 5 de julho de 1995, Regimento Interno da Câmara Municipal de Sete Lagoas, e,

CONSIDERANDO o Requerimento n.º 803/2016 subscrito por 1/3 dos membros que compõem esta Casa Legislativa, apresentado na reunião ordinária ocorrida na data de 09 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO as indicações dos Líderes de partidos e blocos com representação na Câmara Municipal, nos termos do art. 71 c/c o §3º do art. 101 da Resolução nº 810, de 5 de julho de 1995, Regimento Interno da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 72 e art. 75 §1º da Resolução n.º 810/2015 (Regimento Interno da Câmara Municipal);

CONSIDERANDO o entendimento apresentado no Parecer n.º 628/2015, solicitado por esta Casa junto ao Instituto Brasileiro de Administração Pública – IBAM.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI composta pelos Vereadores abaixo nomeados para, no prazo de 120 (cento e vinte dias) que podem ser prorrogados, apurar os fatos narrados no Requerimento n.º 803/2016:

1 – Pelo Bloco Parlamentar PRB/PSC:

Efetivo: Marli Aparecida Barbosa.

Suplente: Milton Maurício Martins.

2 – Pelo Bloco Parlamentar PSDB/PV/PT/DEM:

Efetivo: Ver. João Evangelista Pereira de Sá.

Suplente: Ver. Renato Gomes.

3 – Pelo PSL e PMDB:

Efetivo: Ver. Marcelo Pires Rodrigues.

Suplente: Ver. Joaquim Gonzaga Barbosa.

4 – Pelo PP:

Efetivo: Ver. Ismael Soares de Moura.

Efetivo: Ver. Décio Márcio Magela Abreu.

Suplente: Ver. Alcides Longo de Barros.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sete Lagoas, 22 de agosto de 2016.

Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento
Presidente

Milton Mauricio Martins
1º Vice-presidente

Décio Márcio Majela Abreu
2º Vice-presidente

Claudio Henrique Nacif Gonçalves
1º Secretário

Gilberto Pereira da Silva
2º Secretário

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2016 COM O OBJETIVO DE DISCUSSÃO DE ASSUNTOS REFERENTES À INSTALAÇÃO DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR EM SETE LAGOAS.”

Em conformidade ao Edital de Audiência Pública nº 17/2016 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Sete Lagoas nº 404 de 03/08/2016, e em atendimento ao Requerimento Nº 727/2016 de autoria do vereador Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, aprovado em reunião plenária do dia 12/07/2016, a Câmara Municipal realizou no dia 15 de agosto de 2016, no Plenário Wilson Tanure, conforme Resolução 1.132/2016, audiência pública para discutir assuntos referentes à instalação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar em Sete Lagoas. A abertura da reunião foi realizada pelo Cerimonial da Casa que agradeceu a presença de todos, e convidou para compor a mesa os Vereadores Fabricio Augusto Carvalho do Nascimento, Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, Comandante do 25º Batalhão da Polícia Militar de Sete Lagoas o Tenente Coronel Antonio Librelon de Oliveira, o Superintendente Regional de Ensino de Sete Lagoas o Senhor Arquimedes Pereira de Souza, Diretora Estadual do Sind UTE de Minas Gerais Marilda de Abreu Araújo, Coordenadora sind UTE Senhora Maria do Carmo Cristelli de Oliveira, Major Batista e Tenente Miranda do 25º Batalhão de Minas Gerais. Agradecendo e destacando a presença do Vereador Marcelo Pires Rodrigues, convidando-o para compor a Mesa. Agradecendo também a presença do Diretor do Colégio Franciscano Regina Pacis Claudio José Raposo França e do representante do Senai Maya Chenn Ribas. O Cerimonial desta Casa comunicou ao Presidente que recebeu ofício justificando a ausência dos Vereadores Milton Maurício Martins e Ana Carolina Pontelo Canabrava. De acordo com o Regimento Interno desta Casa, o Cerimonial convidou a senhora Rejane Maria para ler um trecho da Bíblia Sagrada. Dando seguimento passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas Fabricio Augusto Carvalho do Nascimento, para as considerações iniciais. Cumprimentou e agradeceu a todos e passou a palavra ao Vereador Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, para a condução dessa audiência, desejando sorte e que o final seja proveitoso para nossa Sete Lagoas. Cláudio Henrique Nacif Gonçalves, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Disse que o motivo desta audiência é que se soube dessa oportunidade de estar vindo para Sete Lagoas o Colégio Tiradentes, e, principalmente esclarecer realmente o que de fato aconteceu e está acontecendo quanto a instalação do Colégio em Sete Lagoas, uma vez que estão surgindo vários boatos. A ideia é sanar todas as dúvidas. Pediu que o Cerimonial que lesse o requerimento na íntegra, logo após o mesmo perguntou se havia necessidade da leitura do edital em sua totalidade e o Presidente desta audiência Cláudio Henrique Nacif Gonçalves pediu que fosse lido somente os pontos mais relevantes. Passou novamente a palavra ao Vereador Cláudio que repassou a palavra para o Senhor Arquimedes Pereira que cumprimentou a todos. Começou dizendo que assumiu em julho do ano passado a Superintendência e o processo de implantação já tinha sido iniciado. Disse que foi procurado pelo Comandante da Polícia Tenente Coronel Antônio Librelon e o Vereador Caramelo para dar continuidade do processo. O colégio Tiradentes é o único colégio que o processo é via secretaria de Educação, e os outros Superintendência Regional de Ensino. E nosso papel é fazer a intermediação, o diálogo entre as partes, e a decisão final é da Secretaria de Educação e o Comandante da Polícia. A minha função é mediar o diálogo. Qual é a visão da Secretaria? Ela não irá contra desde que seja de comum acordo com a comunidade escola. A desativação de uma escola estadual para implantar, só se a comunidade concordar. Na época de consulta, o setor de responsabilidade levantou três escolas; Santos Azeredo, Sinhá Andrade e José Evangelista. Em nenhum momento houve definição, ou posicionamento, pois não é da nossa competência. Ele disse que foi comunicar pessoalmente as três diretoras que era apenas um estudo, não havia nada definido. Mas os boatos correm. O que eu estou pedindo às diretoras é que considerem somente o que a Secretaria de Educação vai falar. Não haverá imposição. Concordo que é válida a instalação, mas não é de nossa conduta imposição alguma. Existem várias formas de se implantar, construir, alugar, coabitar, sem nenhum funcionário perder emprego ou aluno ser retirado da escola. Com certeza, não contrariaremos a Comunidade. Volto a pedir, vamos considerar a verdade que saia da Superintendência. Estou a disposição para responder qualquer questionamento. Marilda de Abreu Araújo, Diretora Estadual do Sind UTE disse que não são contra em hipótese alguma. Precisamos de escolas e seria muito bom para a educação do Município termos o Colégio Tiradentes, só não concordamos em desalojar alunos e funcionários de escolas para dar lugar a uma outra escola. Sabemos que a escola é específica para parentes de militares, e as vagas que sobram, são oferecidas aos civis. Coabitação não funciona, dois dirigentes pode dar divergência. Há comparação do corpo docente de uma escola e de outra. E quando não há escola em determinado prédio, como em Curvelo, aí sim, não queremos um prédio ocioso. É extremamente relevante o diálogo. E quando se fala em colégio militar, as pessoas se assustam. A palavra foi passada ao Comandante do 25º Batalhão Antonio Librelon que cumprimentou a todos. “Primeiramente, eu quero deixar todos bem tranquilos, quanto a implantação. A Polícia Militar reconhece o trabalho e importância de todas as Escolas Estaduais, inclusive trabalhamos com projetos dentro destas, um exemplo é o PROERD. Não queremos desalojar ninguém ou acabar com emprego de ninguém. Eu estudei numa escola militar sem nem ser parente de um militar. Porque surgiu o comentário de que seria nessas escolas? Quando começa o processo, vemos a viabilidade de se usar determinadas escolas, passamos todas as possibilidades. E vocês tem a minha palavra também que não vamos fazer nenhuma imposição. Ninguém vai ser lesado, não queremos dividir nem tomar lugar de ninguém. A polícia é contra a coabitação. O colégio tem a finalidade própria. Começou em virtude da necessidade de elevar a situação de capacidade em educação do militar. Depois surgiu essa necessidade para os filhos de militares. Porque quando o militar fosse transferido, e o filho mudasse de escola, houvesse continuidade do ensino. Não é reformatório. Para trabalhar com os jovens de risco temos o PROERD e estamos trabalhando outro projeto para os adolescentes. Há outras possibilidades, uma escola parada, outros prédios que não funcionavam como escola, mas pode começar a ser. Temos outras alternativas, nenhuma ação será feita sem diálogo e consentimento. Para fechar, em caso de utilização de qualquer espaço público será de total consentimento de todas as partes.” A palavra foi passada para a Coordenadora do Sind UTE Sete Lagoas Maria do Carmo Cristelli, disse que é muito importante essa audiência, e mais importante ainda é a presença das pessoas. Acompanhamos a partir do momento que surgiram o nome destas escolas. Todos conhecem a importância das três escolas citadas. E uma delas inclusive funciona em período integral. Que se dialogue bastante e possa usar também espaço municipal. O Vereador Marcelo Pires Rodrigues, cumprimentou e parabenizou ao caramelo a realização desta audiência. Concordamos com a vinda da escola e que não se use um espaço já usado por outra escola. Fazer uma proposta, pois a finalidade é agilizar o processo da vinda do colégio. Se a prefeitura doou um terreno para a 14ª Companhia de Polícia, pode doar para a instalação do colégio. Com isso o Executivo estaria fazendo o seu papel que é melhorar a educação sem prejudicar os alunos e funcionários. A palavra foi passada para o Vereador Fabricio Augusto Carvalho do Nascimento, concordou com o Vereador Marcelo da Cooperselta, e disse que recebeu hoje o Tenente Coronel Renan com a finalidade de tratar desse assunto. A solução é o executivo fazer um projeto de doação para a implantação do colégio. Estamos vendo que o posicionamento de todos é unânime em que não são contrários ao colégio. E eu como presidente farei o melhor possível para que a implantação aconteça. O presidente desta Audiência Claudio Henrique Nacif Gonçalves disse que a ideia não é criar impasses, problemas, mas sim, trazer mais uma escola que possa somar e melhorar ainda mais a educação em Sete Lagoas. Foram oferecidas outras possibilidades, entre elas o prédio do antigo Colégio João Herculino, Faculdade Santo Agostinho; a própria prefeitura nos procurou e estão fazendo estudos em prédios possíveis. Que fique bem claro, as pessoas que estão aqui que repassem para outras pessoas. A palavra foi passada para os inscitos: A primeira inscrita é Rosana Pereira Gomes Souza Tomaz, diretora da Escola José Evangelista que cumprimentou a todos os presentes. Ela relatou que as falas chegaram atravessadas, muitos boatos que causaram muita confusão por parte dos alunos, funcionários e pais de alunos. Relatou que o Major Batista e tenente Miranda a receberam bem, e colocaram para ela que o processo é antigo e que não tem nada acertado ainda. Disse que é muito bem-vinda a instalação de um novo colégio para Sete Lagoas, que todos gostam e querem que o colégio venha realmente. O que ficou estressante foram os boatos. A próxima inscrita Gislene da Silva Rodrigues, Diretora da Escola Sinhá Andrade, a insegurança continua porque a gente não sabe quais os caminhos serão tomados. Fiquei feliz ao saber que a prefeitura pode doar. A escola concorda, acha importante, mas a angústia foi pensar que perderíamos. A noite funciona o magistério, então não podemos concordar com o fechamento da nossa escola para que se implante o colégio Tiradentes. A Senhora Rosiane de Fátima Rocha, professora do magistério, disse que não são contra, mas não queremos receber no nosso espaço. Que o Colégio Tiradentes venha, mas que não seja para a Escola Sinhá Andrade. Maria das Graças, Diretora do Santos Azeredo, disse que como gestora, soube conduzir muito bem a respeito desse assunto em sua escola. Todas as vezes que surgia boatos, as pessoas querendo fazer manifestações, ela dizia que era uma ideia boa desde que recebesse um comunicado oficial da Superintendência de Ensino ou Secretaria de Educação. Dessa forma, em sua escola esse assunto foi tratado com muita habilidade. Nesse momento o Vereador Cláudio Henrique Nacif Gonçalves relatou a chegada do Deputado Estadual Douglas Melo e o perguntou se o mesmo gostaria de usar a palavra. O Deputado Estadual Douglas Melo cumprimentou a todos e pediu desculpa pelo atraso. Já havia comunicado ao Vereador Caramelo desse atraso, mas não poderia deixar de vir devido a importância do assunto desta audiência. Disse que o Vereador Caramelo foi muito inteligente ao pedir essa audiência. Ele disse que se o Estado realmente concretizar a promessa do início do ano de construir quatro escolas com o formato PPP (Parceria Público Privada). Cumprida a promessa da construção dessas escolas, vamos lutar para que uma delas seja disponibilizada para a implantação do Colégio Tiradentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. A íntegra desta Audiência Pública encontra-se à disposição na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, 15 de agosto de 2016. Laura Dulcinéia de Melo Souza, Secretária Executiva, matrícula 816